

EDITORIAL

Defesa da vida e políticas públicas em tempos de crises

Defense of life and public policies in times of crisis

Edna Maria Goulart Joazeiro

Editora Científica Serviço Social & Saúde

Todo periódico científico tem a responsabilidade e o desafio de contribuir no processo de divulgação e de fortalecimento do conhecimento proveniente de diferentes campos conceituais. Nesta perspectiva de análise, situar os desafios postos à defesa da vida nos diversos territórios no ano de 2021 constitui uma tarefa difícil, à medida que o tempo presente esteve marcado por múltiplas dimensões de riscos à vida, diante do enfrentamento da pandemia da Covid-19, no entrecruzamento entre as vulnerabilidades e fragilidades do presente, que são herdeiras de desigualdades históricas e se inserem em um contexto marcado pela confluência de crises.

É nesse contexto que se instaura o capital pandêmico, resultante da “imbricação trágica entre sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus” (ANTUNES, 2020, p. 12). Enfatiza Harvey (2020) que “o impacto econômico e demográfico da disseminação do vírus depende de fissuras e vulnerabilidades preexistentes no modelo econômico hegemônico” (2020, p. 15- 16). Assinala Boschetti (2021) que a crise do capital, no seu caráter sistêmico e estrutural, expressa, “a contradição insolúvel do capitalismo, assentada na produção social e na apropriação privada da riqueza, sustentada na exploração da força de trabalho e apropriação do trabalho excedente pelos capitalistas” (2021, p. 68).

Desse modo, a crise estrutural do capital (MENDES; CARNUT, 2020), as contrarreformas do Estado (BEHRING, 2019), a ampliação da [des]proteção social no Brasil e as perdas de conquistas históricas de direitos, associadas à redução da dimensão universal das políticas públicas, têm sido agravadas pelos efeitos nefastos da pandemia da Covid-19, que demandam do Estado e do governo a adoção de ações imediatas que, muitas vezes, têm sido contraditórias e inadequadas.

Boschetti (2021) ao analisar o contexto da pandemia da Covid-19, assinala que houve um curto-circuito no processo de produção e reprodução do capital, “ao provocar a suspensão forçada da produção, distribuição e troca mundial de mercadorias, confirmando a atualidade da análise da lógica do capital e sua lei geral de acumulação desvendada por Marx” (2021, p. 68-69) revelando que, se há a tendência do capitalismo enfrentar situações cíclicas de desequilíbrios e curtos-circuitos em seu sociometabolismo, a pandemia é um catalisador potente destas tendências.

Behring e Boschetti (2011) têm assinalado que no Brasil, tem prevalecido o “trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, ou seja, a privatização, a focalização e a descentralização” (2011, p. 156), cuja tendência tem sido marcada pela “restrição e redução de direitos sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise” (2011, p. 156).

A Emenda Constitucional nº 95/2016 impôs o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, constituindo-se uma medida desastrosa cujos impactos têm implicações diretas nas políticas e nos programas sociais em importantes áreas, gerando constrangimentos sucessivos e progressivos “ao orçamento da administração federal, colocando em xeque, as despesas discricionárias, dinâmica que força, em seguida, o encolhimento das despesas obrigatórias” (GIOLO, 2020, p. 24).

Nesse contexto, as contrarreformas neoliberais, especialmente a Emenda supramencionada, produzem um agravamento do quadro orçamentário, “fragilizando o já precário funcionamento” (YAZBEK; RAICHELIS; SANT’ANA, 2020, p. 208) das políticas

da Seguridade Social, ou seja, do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Previdência Social, àquelas que, neste tempo da história, estão sendo demandadas para ações emergenciais e preventivas. Pereira (2011, p. 99) enfatiza que não há como assegurar direitos sociais sem a garantia do Estado, materializada pela oferta e pela regulação dos serviços e benefícios de proteção social, posto que não “se consubstanciam direitos sociais sem políticas públicas que os concretizem e liberem indivíduos e grupos tanto da condição de necessidade quanto do estigma produzido por atendimentos sociais descomprometidos com a cidadania”.

Em tempos de pandemia, as autoridades sanitárias nacionais e internacionais e um amplo conjunto de governos nacionais têm convergido quanto à implementação de quatro grandes estratégias, a saber, i) a recomendação ou a determinação de isolamento e de distanciamento social; ii) a ampliação da capacidade de atendimento dos serviços de saúde; iii) a necessidade de adoção de formas de apoio econômico a cidadãos, famílias e empresas (PIRES, 2020, p. 7) e a iv) adoção de estratégias de imunização (JOAZEIRO; ARAÚJO, 2022, p. 142).

A crise causada pela Covid-19 tem revelado, de um lado, o resgate da crença na ciência e na Medicina, ao mesmo tempo que, têm sido explicitadas, expressões de resistência em relação às medidas vigentes, com base no negacionismo científico, revelando índices abaixo das ações esperadas de distanciamento físico em algumas cidades e em determinados segmentos sociais, contrastando com a esperança na vacina contra a Covid-19, alternativa da ciência para a sociedade em defesa da vida.

Na atualidade, estamos diante do imenso desafio de buscar caminhos em presença da “indiferença do Estado, do negacionismo, da polarização política, e das características nefastas imposta pelo desfinanciamento das políticas sociais” (MENDES, 2015) aliadas às múltiplas fragilidades *dos* e *nos* diversos territórios do país, pela ampliação da desigualdade social, agravados pela crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19 e pelo aumento da demanda do Sistema Único de Saúde.

Esse contexto marcado por tantas adversidades, constitui um momento ímpar que nos desafia a construir espaços de reflexão e de discussão com a comunidade científica nacional e

internacional buscando a defesa da dimensão universal das políticas públicas e o fortalecimento da cidadania no país e no mundo.

Neste contexto, o *Conselho Editorial* e o *Conselho Científico* do periódico *Serviço Social & Saúde* têm a honra de apresentar à Comunidade Científica e aos leitores do periódico um novo exemplar da revista que, neste ano, comemora o décimo nono ano do periódico.

O exemplar foi organizado com base nas discussões de diferentes campos conceituais privilegiando questões relevantes do campo da saúde, que inelutavelmente, atravessam as diversas políticas sociais diante da inequívoca ampliação da desigualdade social e da redução do financiamento das políticas sociais. Nessa perspectiva, a publicação contribui para refletir sobre os riscos à vida, à liberdade, em um tempo marcado pela ampliação da pobreza e de restrição do acesso às políticas sociais em diferentes contextos nacionais e internacionais.

Na abertura do exemplar, no artigo *Residência Multiprofissional, Atenção Primária à Saúde e Serviço Social: potencialidades do trabalho interprofissional* de autoria de Amanda Campos Bergamaschini, Camila Martins da Silva e Marina Monteiro de Castro e Castro, as autoras partem da compreensão de que o trabalho em saúde está situado na esfera dos serviços e que se efetiva na relação entre trabalhador/usuário, estando portanto inserido no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), espaço que possui potencialidades para o desenvolvimento de habilidades do trabalho interprofissional em virtude da APS ser, ao mesmo tempo, a porta de entrada dos serviços de saúde e uma estratégia de organização do Sistema de Saúde.

A questão da Atenção Básica na Saúde foi também objeto de análise do artigo *Serviço Social e defesa de direitos na Atenção Primária à Saúde*, de autoria de Luciana Gonçalves Pereira de Paula e Karolina Adrienne Silva Oliveira. No artigo, as autoras refletem sobre os limites e as possibilidades que perpassam a garantia de direitos no trabalho dos assistentes sociais inseridos na APS. A análise ancorada em pesquisa empírica, de natureza qualitativa, faz uso de entrevistas semiestruturadas, tendo por base a realidade do município de Juiz de Fora, em Minas Gerais. No artigo as autoras destacam as marcas do capitalismo contemporâneo, perpassado pelo ideário neoliberal, e de como esse processo histórico tem gerado a expropriação de direitos, a atrofiação do Estado e das políticas sociais. Destacam que, a despeito dos limites à

autonomia profissional do assistente social, é possível ao profissional estabelecer estratégias – profissionais e políticas – pautadas na perspectiva da garantia de direitos dos usuários do SUS.

A Extensão Universitária é destaque no artigo de autoria de Andreia de Oliveira, Maria Aparecida Gussi, Muna Muhammad Odeh, Fernanda Scalzavara, Ioneide de Oliveira Campos e Maria da Glória Lima, intitulado *A Extensão Universitária e a importância de processos participativos em saúde mental*. As autoras apresentam os resultados do Projeto de Extensão Universitária realizado no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Distrito Federal, Brasil, no período de agosto de 2018 a dezembro de 2019. Segundo as autoras, a prática da extensão universitária, em função do contato direto com as expressões da questão social, mediada pela reflexão teórica pode propiciar a estudantes e profissionais de saúde, a democratização do saber e a formação do senso crítico e ético, contribuindo para a qualificação do trabalho na esfera dos serviços de atenção em saúde mental.

No artigo *Residência Multiprofissional em Urgência e Emergência: análise da intervenção do(a) assistente social na Unidade de AVC*, Kleber José Vieira, Pâmela Migliorini Claudino da Silva e Kelly Paula do Amaral Brito refletem sobre a intervenção do assistente social em uma Unidade de Emergência, enfatizando relevantes dimensões do trabalho multiprofissional ancorados em um estudo exploratório e qualitativo, desenvolvido na Enfermaria de Neurologia de um Hospital Ensino do interior paulista.

Daniel Péricles Arruda, no artigo *A escuta dos silêncios: o atendimento às crianças e aos adolescentes envolvidos em situação de violências*, reflete sobre o atendimento em situação de violências contra crianças e adolescentes com base na perspectiva interdisciplinar e com apoio na experiência profissional em serviços de atenção a esse público – vivência profissional constituída na relação entre teoria, mediação e prática. O autor destaca a importância da “escuta das linguagens”, ou seja, dos silêncios, gestos e das palavras dos sujeitos atendidos, visando respeitar a sua singularidade.

O exemplar apresenta contribuições materializadas em quatro artigos que tecem relevantes análises sobre os impactos da pandemia da Covid-19 em diversos espaços sócio-ocupacionais, à medida que diferentes campos conceituais têm sido atravessados por esse

fenômeno letal e histórico. No artigo *Limites e contradições do uso de tecnologias digitais em saúde no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil*, de autoria de Marcílio Sandro de Medeiros, Lauro Borges, José Evangelista Torres Filho e Regina Célia Borges de Lucena, a análise é empreendida com base em pesquisa do tipo exploratória pautada em revisão de literatura, bem como na consulta a notícias e documentos legais relacionados com a temática. No artigo os autores discutem os limites e as contradições entre exposição e privacidade no uso de tecnologias digitais de informação e comunicação em saúde na esfera pública, no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil.

Ainda com ênfase na questão da Covid-19, o artigo *Afirmção do projeto ético-político na formação e trabalho profissional: estágio supervisionado no contexto da pandemia* de autoria de Márcia de Barros Lima, Francisca Rodrigues de Oliveira Pini, Heloíse Helena Pereira Nunes, Aurora Fernandez e Ayesha Gabriela Porto, reflete sobre as condições do estágio supervisionado, desenvolvido no primeiro semestre de 2021, no Curso de Serviço Social da UNIFESP – Campus Baixada Santista, a partir da contribuição dos três sujeitos envolvidos: discentes, supervisoras de campo e acadêmico, durante o percurso formativo, no contexto da pandemia da Covid-19. Assinalam ainda o caminho trilhado no processo de estágio supervisionado, sua particularidade na formação profissional e as respostas coletivas encontradas para os desafios em um tempo marcado pela defesa intransigente do ensino público, presencial e socialmente referenciado.

O artigo *Remotamente perto: o trabalho assalariado invade a vida privada*, de autoria de Thais Felipe Silva dos Santos e Vanessa Meirelles, é fruto de pesquisa bibliográfica e reflexões realizadas no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Identidade Metamorfose (NEPIM) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), nos momentos iniciais da doença, quando o surto adquiria importância, no Brasil, no início de 2020. O artigo problematiza o *home office* incorporado, de forma abrupta, à vida do conjunto da classe trabalhadora e fornece pressupostos para o debate acerca do *home office*, na crise cíclica capitalista, que se agudiza com a pandemia.

No que tange ainda à dimensão da crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19

em contexto internacionais, o artigo *Desafíos y tensiones del Trabajo Social en la Educación Superior en Chile en el contexto Covid-19*, de autoria de Lorena Valencia-Gálvez, Juan Carlos Ruiz-Flores e Julia Cerda-Carvajal os autores com base em revisão documental, refletem sobre o papel dos assistentes sociais nas universidades públicas do Chile com vistas a analisar como a universidade, seus discentes, professores e funcionários administrativos tem sido afetados pela pandemia da Covid-19.

No bojo dessas análises, os autores nos convidam a refletir sobre os impactos da pandemia da Covid-19 e assinalam que esse contexto envolve questões relacionadas ao uso de tecnologias digitais de informação e comunicação em saúde na esfera pública e de como essas tecnologias são incorporadas à vida do conjunto da classe trabalhadora, assim como, refletem sobre as relevantes questões que envolvem os desafios às Universidades para a organização dos processos de ensino, pesquisa e extensão e sobretudo, a defesa intransigente do ensino público, presencial e socialmente referenciado.

Em um tempo marcado pela necessidade de adoção de perspectivas de análises ampliadas que permita tecer diálogos com pesquisadores de diferentes países, destacamos a contribuição de Ingrid Dromard, no artigo *Vie et travail: subjectivité et individualité*, no qual a autora analisa o trabalho, tal como concebido na abordagem ergológica, enquanto uma mobilização do si.

Nesta perspectiva, o trabalho apresenta, ao mesmo tempo, uma dimensão subjetiva, uma vez que permite a cada um se individualizar, contudo, no mesmo ato, trabalhar é também fazer com os outros. A autora assinala que no que concerne ao trabalhar em saúde, é preciso reconhecer que ele remete ainda a dimensão do fazer com o que somos, com o que temos e com quem nos rodeia. Coloca em questão a perspectiva que encara o trabalho como algo que nos é imposto, sem encontrar o equilíbrio entre nossas próprias normas e com aquelas que vêm do meio físico e social no qual nos inscrevemos. Nesta perspectiva de análise, segundo a autora, está presente o risco para a nossa saúde. A qualidade de vida no trabalho é, necessariamente, um compromisso equilibrado entre várias lógicas que devem ser postas em diálogo com sucesso em espaços dedicados, como os Grupos de Encontro do Trabalho (GRT).

Edna Maria Goulart Joazeiro e Dalva Rossi, no texto *Saudade e gratidão à Dirce Koga: Vida, trabalho e obra em defesa da cidadania*, expressam a tristeza, ao mesmo tempo que, homenageiam a assistente social, professora e pesquisadora Dirce Koga cuja perda se deu no dia 29 de outubro de 2021.

Em consonância com as autoras, a Equipe Editorial e o Corpo Editorial Científico da Serviço Social & Saúde manifestam a profunda gratidão e o reconhecimento pela importância de sua vida e obra, cujo legado segue vivo pela imprescindível contribuição para a ciência, para a política social e para a formação profissional *do e no* Serviço Social e das diversas profissões que se desafiam, ao longo da história, a decifrar as expressões da questão social para compreender sua multiplicidade de dimensões, visando transformar as múltiplas formas de desigualdades sócio territoriais no Brasil e para além dele.

Francisca Maria Carvalho Cardoso nos convida a fazer uma criteriosa leitura da obra *Micropolítica e saúde: produção do cuidado, gestão e formação*, de autoria de Laura Camargo Macruz Feuerwerker, publicada pela Editora Reino Unido, no ano de 2014. A autora apresenta o conceito de micropolítica como processo de produção de subjetividades a partir das relações de poder na produção do cuidado, na gestão, na educação permanente e na formação em saúde, ancorando-se no conceito filosófico de micropolítica à luz de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault.

A resenha elaborada por Johanna Madrigal Calderón apresenta a obra *Vivir en tiempos convulsionados reflexiones sociocríticas para propuestas de intervención social*, organizada sob a direção e coordenação de Sandra Elena Iturrieta Olivares, que foi publicada pela Editora Ariadna Ediciones, em 2021. O livro é fruto do trabalho do Núcleo de Investigación sobre las Profesiones en las Sociedades Contemporáneas da Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, Chile. Na obra, os autores desenvolvem propostas sobre e para os profissionais que trabalham em espaços de intervenção social, sendo este último o foco principal da obra.

Com alegria, convidamos os leitores, profissionais, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e de graduação a tecerem um amplo diálogo com os autores do periódico, de forma

a compartilhar outras e novas perspectivas de análises construídas em diferentes espaços sociais na interface com as diversas políticas públicas em diferentes contextos nacionais e internacionais.

Que a oportunidade desse encontro com produções ancoradas em diferentes campos conceituais, possa contribuir para criar um espaço pertinente que amplie as perspectivas de análise, colocando a produção do conhecimento científico no centro da prática de conhecimento de forma a nos desafiar para a construção de novos pontos de vista em relação aos desafios que estão postos para o fortalecimento da cidadania e das políticas públicas indispensáveis no enfrentamento das múltiplas manifestações da questão social neste país e em outros contextos nacionais e internacionais.

Campinas (SP), dezembro de 2021.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020. E-book.

BEHRING, E. R. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil de redemocratização. In: SALVADOR, E; BEHRING, E.; LIMA, R. L. (Orgs.). **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. São Paulo, Cortez, 2019, p. 43-60.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R. Assistência Social na pandemia da Covid-19: proteção para quem? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021.

COUTO, M. T.; BARBIERI, C. L. A. MATOS, C. C. de. A. Considerações sobre o impacto da covid-19 na relação indivíduo sociedade: da hesitação vacinal ao clamor por uma vacina. **Saúde e Sociedade** [online], e200450, v. 30, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200450>. Acesso em: 16.dez. 2021.

GIOLO, J. O Future-se sem futuro. In: COSTA, J; LEHER, R; SGUISSARDI, V. **Future-se: ataques à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao**

mercado. São Carlos/SP: Diagrama Editorial, 2020. p. 15-101. E-book.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, M. et al: **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020, p. 13-23.

JOAZEIRO, E. M. G.; ARAÚJO, L. J. C. Territórios, temporalidades e Covid-19: O desafio de defender a vida em tempo de crises. JOAZEIRO, E. M. G. (Org.) **Atenção à saúde em tempo de pandemia da Covid-19: contextos nacionais e internacionais** Teresina: EDUFPI, 2022, p. 131-164.

MENDES, A. A saúde pública brasileira no contexto da crise do Estado ou do capitalismo? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, supl.1, p. 66-81, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104->

12902015000500066&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 jul. 2021.

PEREIRA, P. A.P. **Política Social: temas & questões**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

YAZBEK, M. C; RAICHELIS, R; SANT'ANA, R. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 138, p. 207-213, ago. de 2020.